



Prefeitura Municipal  
de Queluz

# Caderno de Prova

Nome do Candidato

Inscrição



Data 11/09/2022



03h00 de duração




40 questões

## Cargo: Advogado

## INSTRUÇÕES

- Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
- Verifique se este caderno contém 40 questões, numeradas de 1 a 40. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Transcreva, **com caneta de tinta preta**, as alternativas escolhidas para o GABARITO OFICIAL, sem cometer rasuras. Não deixe nenhuma em branco.
- Não será possível a substituição do Gabarito Oficial.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Não haverá tempo adicional para transcrição de respostas ao gabarito oficial.
- Terminada a prova entregue o gabarito oficial e o caderno de questões ao fiscal. Poderá ser levado **somente** o gabarito provisório de respostas.
- Ao entregar a prova o candidato deverá deixar o prédio e não poderá utilizar os sanitários.

    
**Certo Errado Errado**

## Gabarito Provisório

1)	6)	11)	16)	21)	26)	31)	36)
2)	7)	12)	17)	22)	27)	32)	37)
3)	8)	13)	18)	23)	28)	33)	38)
4)	9)	14)	19)	24)	29)	34)	39)
5)	10)	15)	20)	25)	30)	35)	40)

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 02/2022

**Função: Advogado**

**Português**

Leia atentamente o poema Poema da necessidade, de Carlos Drummond de Andrade, escritor brasileiro, para responder às questões de 1 a 5.

**Poema da necessidade**

É preciso casar João,  
é preciso suportar Antônio,  
é preciso odiar Melquíades  
é preciso substituir nós todos.

É preciso salvar o país,  
é preciso crer em Deus,  
é preciso pagar as dívidas,  
é preciso comprar um rádio,  
é preciso esquecer fulana.

É preciso estudar volapuque<sup>1</sup>,  
é preciso estar sempre bêbado,  
é preciso ler Baudelaire,  
é preciso colher as flores  
de que rezam velhos autores.

É preciso viver com os homens  
é preciso não assassiná-los,  
é preciso ter mãos pálidas  
e anunciar O FIM DO MUNDO

<sup>1</sup> Volapuque: língua auxiliar de comunicação internacional criada em 1879 pelo alemão Johann M. Schleyer.

1-Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – É possível afirmar que o título é uma síntese do poema, que elenca as necessidades pessoais e sociais, de acordo com o ponto de vista do eu-lírico.

II – Carlos Drummond de Andrade preocupa-se com a forma do poema, valendo-se de métricas rígidas e rimas para a elaboração dos versos.

III – As inquietações e as preocupações do cotidiano frenético são representadas por meio da repetição da estrutura inicial dos versos.

É (São) **correta(s)** a(s) afirmação(ões):

a) I e III.

b) II e III.

c) Apenas I.

d) Todas.

02-Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – No verso “é preciso não assassiná-los,” há um desvio da norma culta. Segundo a norma padrão, nas orações em que haja advérbio sem que exista pausa, o pronome deve vir antes do verbo, ou seja, o adequado seria a ênclise: “é preciso não os assassinar”.

II – No verso “É preciso casar João,” há um desvio da norma culta da língua, pois deveria haver uma vírgula separando o vocativo “João”.

III – No último verso, a expressão FIM DO MUNDO, que finaliza o poema, é destacada pelo uso de maiúsculas. O recurso enfatiza a opinião do eu-lírico de que o mundo da forma como se apresenta, frenético, insaciável, não se sustenta, não é viável.

É (São) **correta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) I e II.
- b) Todas.
- c) Apenas III.
- d) I e III.

3-O poema é construído a partir de um paralelismo, caracterizado pela repetição de palavras e de estruturas sintáticas, que:

- a) causa um efeito estritamente estético, pois a repetição estrutural dos versos não causa efeitos sobre o conteúdo poético.
- b) causa um efeito sonoro, pois o paralelismo traz cadência ao poema; e um efeito sobre o conteúdo poético, pois a reiteração da estrutura inicial dos versos dá a ideia de algo que se repete no cotidiano, marcando a constante necessidade – e a falta – de algo.
- c) demonstra a falta de repertório lexical do autor, visto que o paralelismo não transmite efeito sobre a forma nem sobre o conteúdo.
- d) causa um efeito sobre o conteúdo, já que a repetição da estrutura inicial dos versos demonstra a constante necessidade e a ansiedade do eu-lírico em supri-las, mas não causa efeitos sonoros e estéticos, pois a repetição não traz ritmo ao poema.

4-A figura de linguagem presente ao longo de todo o poema é:

- a) Metáfora.
- b) Metonímia.
- c) Anáfora.
- d) Paradoxo.

5-A oração em destaque, no verso “é preciso **suportar Antônio**” é um exemplo de:

- a) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- b) Oração subordinada substantiva predicativa.
- c) Oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo.
- d) Oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo.

6-Assinale a alternativa correta, segundo o padrão culto da Língua:

- a) Ainda não entendi o porque disso tudo.
- b) Victoria entregou os panfletos afim de promover seus produtos.
- c) O rei está em cheque.
- d) É perigoso conduzir com esta cerração.

7-Leia as afirmações a seguir, acerca dos tipos de sujeito:

I – Não há na língua portuguesa orações sem sujeito.

II – O sujeito determinado pode ser classificado como simples, composto ou implícito.

III – Um exemplo de sujeito indeterminado é o presente na sentença “Procuraram você por toda a tarde!”.

É(são) incorreta(s) a(s) afirmação(ões):

- a) Todas.
- b) Apenas I.
- c) II e III.
- d) Apenas II.

8-Leia as afirmações a seguir, acerca dos pronomes de tratamento:

I – Apesar de indicarem nosso interlocutor, ou seja, a segunda pessoa do discurso, após os pronomes de tratamento utilizamos o verbo na terceira pessoa gramatical.

II – Os pronomes de tratamento que possuem “Vossa (s)”, como Vossa Excelência, são empregados em relação à pessoa com quem falamos, ou seja, a terceira pessoa do discurso.

III – A sentença “Quando você vier, eu abraçar-te-ei fortemente!” está gramaticalmente correta.

É(são) **incorreta(s)** a(s) afirmação(ões):

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) Apenas I.
- d) Apenas II.

9-Assinale a alternativa em que a partícula “se” exerce a mesma função que a presente nesta frase: “Foi-**se** embora de vez”.

- a) Gabriel machucou-**se** com a faca.
- b) Confia-**se** em teorias absurdas.
- c) Construiu-**se** um altar em poucas semanas.
- d) Passaram-**se** os anos e o sucesso aumentava.

10-Assinale a alternativa **incorreta**, segundo o padrão culto da Língua Portuguesa:

- a) Há celebridades com quem não simpatizo.
- b) O filme a que assistimos era ótimo.
- c) Lembrei-me de seu endereço.
- d) Ele aspirava o cargo de diretor.

## Conhecimentos Específicos

11-Quanto a Lei Orgânica do município de Queluz é verdadeiro afirmar que é obrigatória à realização de audiência pública nos seguintes casos:

I - projeto de licenciamento que provoque impacto ambiental definido em Lei;

II – projeto de lei denominando próprios públicos;

III-atos que envolvam conservação ou modificação do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico ou cultural do Município;

IV - elaboração do Plano Diretor;

- a) apenas I e III são verdadeiras
- b) apenas I, III e IV são verdadeiras
- c) apenas II é verdadeira
- d) apenas IV é verdadeira

12-Em relação aos procedimentos administrativos, analise o item, preenchendo as lacunas.

Procedimento administrativo é o \_\_\_\_\_ de atos e \_\_\_\_\_ ordenados tendentes à formação, instrução e à \_\_\_\_\_ da vontade da Administração Pública ou à sua execução. Já processo administrativo é o conjunto de \_\_\_\_\_ em que se caracterizam os atos e as formalidades que compõem o procedimento administrativo.

- a) conjunto, formalidades, manifestação, documentos
- b) conjunto, documentos, manifestação, fatos
- c) conjunto, fatos, formalização, documentos
- d) conjunto, formalidades, manifestação, fatos

13-Quanto à extinção do ato administrativo por meio da revogação, pode-se afirmar que é correto que:

- a) não gera direito adquirido durante a sua vigência, e seus efeitos são ex nunc.
- b) seus efeitos são ex tunc e está relacionada à discricionariedade.
- c) pode se dar pela Administração ou pelo Poder Judiciário.
- d) somente a Administração tem competência para sua prática, e com efeitos ex nunc.

14-Analise as alternativas abaixo sobre o IPTU, e marque a verdadeira.

- a) Aos Municípios cabe instituir o IPTU, mediante a edição de lei ordinária municipal.
- b) Aos Municípios cabe Instituir o IPTU, mediante a edição de lei complementar municipal.
- c) Aos Estados cabe a instituição do IPTU, mediante a edição de lei ordinária.
- d) Aos Estados cabe a instituição do IPTU, mediante a edição de lei complementar.

15-Quanto a alguns dos princípios da nova lei de licitações é correto afirmar que são:

- a) transparência e probidade administrativa.
- b) planejamento, publicidade e segurança jurídica.
- c) razoabilidade, celeridade e segregação de funções.
- d) todas as alternativas estão corretas.

16-Ainda quanto a nova Lei de Licitações, Não se subordinam ao seu regime:

I - contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos;

II - contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.

III - Contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

IV - Concessão e permissão de uso de bens públicos.

- a) apenas I e III são verdadeiras
- b) apenas III e IV são verdadeiras
- c) apenas I e II são verdadeiras
- d) apenas I é verdadeira

17-Para a caracterização da relação de emprego, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trouxe alguns requisitos. Quanto a esses requisitos de relação de emprego, assinale a alternativa incorreta.

- a) Para caracterização da relação de emprego o requisito é a prestação de serviços de natureza não eventual.
- b) Para caracterização da relação de emprego o requisito é a subordinação jurídica.
- c) Para caracterização da relação de emprego é requisito a personalidade jurídica do empregado.
- d) Para caracterização da relação de emprego é requisito a onerosidade.

18-Estabelece o artigo 29 da Constituição Federal que os Municípios são entes federativos autônomos regidos por uma Lei Orgânica. Abaixo segue o texto do 'caput' do artigo 29, da Constituição Federal:

“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em \_\_\_\_\_ turnos, com o interstício mínimo de \_\_\_\_\_ dias, e aprovada por \_\_\_\_\_ dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (...)”

Complete as lacunas assinalando a alternativa correta que as preencha.

- a) Dois / dez / dois terços
- b) Dois / quinze / dois terços
- c) Dois / dez / dois quintos
- d) Três / quinze / dois quintos

19-O Código de Processo Civil prevê a forma de contagem de prazo. Assim, no que se refere ao dia de início da contagem de prazo, analisando as afirmativas abaixo, indique V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) Quando a citação ou a intimação ocorrer por meio dos Correios, o prazo iniciará da juntada aos autos do aviso de recebimento.

( ) Quando a citação ou a intimação ocorrer por meio de oficial de justiça, o prazo se iniciará na data do recebimento do mandado.

( ) Quando a citação ou a intimação ocorrer por ato do escrivão ou do chefe de secretaria, o prazo se inicia na data da ocorrência.

( ) Quando a citação ou a intimação ocorrer de forma eletrônica, o prazo se iniciará no dia em que ocorrer a consulta ao teor da citação ou da intimação.

A sequência está correta em

- a) V, V, F, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, F, V, V.
- d) F, V, V, F.

20-Observando o regime jurídico de direito público descrito na Lei Federal nº 8.666/1993, quanto às características dos contratos administrativos, responda marcando a alternativa correta:

a) Poderá a Administração modificar unilateral e ilimitadamente o contrato administrativo.

b) A Administração pode alterar o contrato administrativo unilateralmente, sendo cabível quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica de seus objetivos, ou quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto de acordo com os limites previstos em lei.

c) As cláusulas exorbitantes possibilitam à Administração Pública alterar unilateralmente o contrato administrativo, até mesmo no que se refere às condições de remuneração ou pagamento do contratado.

d) O contrato administrativo regido pela Lei 8.666/1993 é regulado por preceitos de direito público, sendo-lhe vedada a aplicação de regras de direito privado, ainda que em caráter supletivo.

21-Quanto as decisões definitivas proferidas pelo STF, que reconheçam e declarem a inconstitucionalidade de Lei ou Ato normativo, assinale a alternativa correta:

a) Tem como regra efeito retroativo, podendo ser modulado (ex nunc) em razão de segurança jurídica e relevante interesse social.

b) Terá sempre efeito vinculante e proativo (ex nunc).

c) Terá sempre efeito vinculante e retroativo (extunc).

d) Terá efeito vinculante e retroativo (ex nunc), que pode ser modulado para outro momento em razão de segurança jurídica e relevante interesse social.

22-Nos termos da Lei nº 4.320/64, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por fim apurar:

I – a origem e o objeto do que se deve pagar.

II – a importância exata a pagar.

III – a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

- a) apenas II está correta.
- b) apenas I e II estão corretas.
- c) todas estão corretas.
- d) todas estão incorretas

23-Segundo o Art. 16 da LRF (Lei complementar nº 101/2000), a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Ressalva-se do disposto no referido artigo:

- a) o empenho e a licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras.
- b) as despesas consideradas irrelevantes, nos termos que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.
- c) a desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.
- d) a despesa de caráter continuado.

24-A Súmula Vinculante é instrumento de segurança jurídica e orientação a todos operadores do Direito, possuindo como objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas. Dentro dessa ordem de ideia o Supremo Tribunal Federal pacificou que:

- a) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- b) O Município possui competência para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, inclusive a prestação de serviço bancário.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

25-Em relação ao crime tipificado como desacato praticado contra funcionário público, o mesmo é considerado crime:

- a) culposo
- b) material
- c) formal
- d) eventual

26-As sociedades Civis, Associações, instituições, nos termos do Código Civil, devem ter seus atos constitutivos inscritos junto ao:

- a) Registro Civil das Pessoas Jurídicas
- b) Registro Geral de Títulos e Documentos
- c) Registro Civil das Pessoas Naturais
- d) Registro Especial das Pessoas

27-Para validade dos negócios jurídicos o Código Civil estabelece que se faz necessário ser o agente capaz, o objeto ser lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei. Diante dessa assertiva sobre a capacidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A menoridade cessa aos dezesseis anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

- b) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, mas se aproveita aos cointeressados ainda que divisível o objeto do direito ou da obrigação comum, nos termos do art. 105 do Código Civil.
- c) O exercício de emprego celetista com efetivo registro em carteira cessa, para os menores, a incapacidade.
- d) A colação de grau em curso superior cessa, para os menores, a incapacidade.

28-Em relação à vedação a prática do nepotismo, a competência para legislar sobre a matéria é correto afirmar que:

- a) É de iniciativa exclusiva do Prefeito.
- b) Não existe iniciativa exclusiva do Executivo.
- c) Na administração pública, é competente a União Federal, na forma do art. 22 da Constituição da República, não podendo os municípios legislar a respeito.
- d) A proibição ao nepotismo decorre diretamente da Constituição da República, na forma da sumula vinculante nº 13, tendo sido disciplinada, nacionalmente, em resolução do CNJ, sendo vedado aos municípios legislar sobre a matéria.

29-Em relação ao Orçamento Público, a Constituição Federal estabelece que leis de iniciativa do Poder Executivo devem estabelecer:

- a) O plano plurianual, as diretrizes compensatórias e os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.
- b) O plano bianual, as diretrizes estratégicas e programas mundiais.
- c) O plano trianual, as diretrizes orçamentárias e os planos internacionais
- d) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

30-Quanto a Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar que:

- a) Se o Município for condenado a indenizar particular por ato praticado por seu servidor, terá o direito de regresso independentemente de culpa.
- b) As ações de reparação de danos à fazenda pública decorrentes de ilícito civil são prescritíveis.
- c) As ações de reparação de danos à fazenda pública (ressarcimento ao erário) decorrentes de ato de improbidade são prescritíveis.
- d) A responsabilidade de servidor público municipal por ato de improbidade, exclui sua responsabilidade funcional.

31-Quanto ao agravo de instrumento, a afirmativa correta é:

- a) Caberá Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.
- b) deve ser interposto no prazo de 15 dias corridos, contados a partir da ciência nos autos ou da intimação por meio de publicação no Diário Oficial.
- c) não poderá ser interposto contra decisão interlocutória que exclua o litisconsorte.
- d) havendo vício nas peças que formarem o agravo, comprometendo sua admissibilidade o mesmo será rejeitado liminarmente, sem possibilidade de concessão de prazo para sanar eventuais falhas.

32-Observadas as normas constitucionais, com relação à fiscalização dos municípios, é correto afirmar que:

- a) a fiscalização do Poder Executivo será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante ação do controle interno.
- b) as contas do município ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei..



c) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois quintos dos membros da Câmara Municipal.

d) o controle externo realizado pela Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas do Estado.

33-Em relação as Comissões Parlamentares de Inquérito, analise as afirmativas e assinale as corretas:

I – Terão poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais.

II – Serão temporárias e para apuração de fato determinado.

III – sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores;

IV – Poderão requerer a convocação de Assessores Municipais;

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II;

b) III e IV;

c) I, III e IV;

d) Todas as afirmativas estão corretas.

34-Considerando as normas gerais de direito tributário, analisar os itens abaixo:

I – Por meio de ato administrativo, o Prefeito pode proceder a extinção de tributos.

II - Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo que o torne mais oneroso.

III - os tratados e convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item I.

b) Somente os itens II e III.

c) Somente o item II.

d) Somente os itens I e II.

35-Estabelece o art. 37, XVI da Constituição Federal que é vedada a cumulação de cargos públicos, havendo algumas exceções quando compatíveis os horários. Diante dessa informação, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

b) a proibição de acumular não se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

c) pode-se acumular os cargos, mesmo havendo incompatibilidade de horários.

d) para acumulação dos cargos se faz necessário autorização legislativa.

36-Consiste em infração a Lei Complementar Municipal nº 13/2018 que instituiu o Código Municipal de Obras do Município de Queluz, as seguintes ações ou omissões:

I – Iniciar qualquer edificação, demolição, reconstrução ou reforma sem projeto aprovado.

II – a construção e a reforma em desconformidade com o projeto aprovado.

III – A construção, a reforma e a ampliação e a demolição sem previa licença da Prefeitura Municipal.

Analisando as afirmativas acima, assinale a(s) correta(s):

- a) Somente I está correta.
- b) somente II está correta.
- c) somente I e III estão corretas.
- d) todas estão corretas.

37-Estabelece a LINDB que o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de:

- a) culpa.
- b) erro escusável.
- c) motivação.
- d) dolo ou erro grosseiro.

38-Quanto a Lei Federal nº 8.429/92, alterada pela Lei 14.230/21, que estabelece em seu Art. 17-D que:

A ação por improbidade administrativa é \_\_\_\_\_, de caráter \_\_\_\_\_, destinada à aplicação de sanções de caráter \_\_\_\_\_ previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Assinale a alternativa que preencha corretamente as lacunas:

- a) Repressiva, sancionatório, pessoal.
- b) civil, pessoal, sancionador.
- c) repressiva, pessoal, sancionatório.
- d) punitiva, sancionatório, pessoal.

39-O STF decidiu em sede de repercussão geral firmando o tema 1070, sobre a competência para legislar sobre denominação de ruas, próprios, vias e logradouros públicos. Quanto a esse tema assinale a alternativa correta:

- a) a competência é exclusiva do executivo.
- b) a competência é comum, cabendo tanto ao executivo, quanto ao legislativo.
- c) a competência é exclusiva do legislativo.
- d) a competência é do judiciário.

40-Segundo o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), a realização de debates, audiências e consultas públicas visa:

- I – garantir a gestão democrática da cidade.
- II – a concessão de licenças.
- III – o direito de preempção.

Assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

- a) somente I está correta.
- b) somente II esta correta.
- c) somente III esta correta.
- d) todas estão corretas.